

Relatório da
Administração 2009

Relatório da
Administração

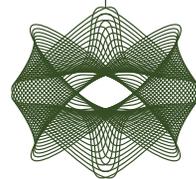
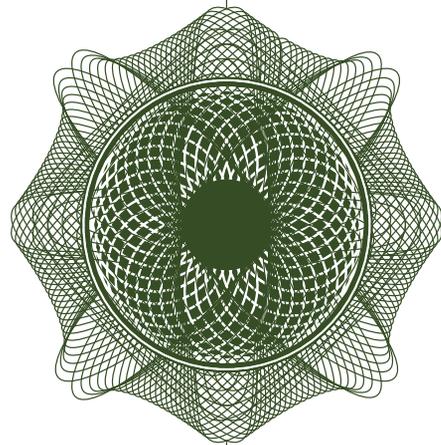
2009

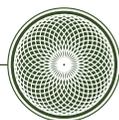


Relatório da
Administração



Sumário





Apresentação, 11

1 Panorama da economia brasileira em 2009, 15

- 1.1 Produto Interno Bruto, 15
- 1.2 Inflação, 15
- 1.3 Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, 16
- 1.4 Setor externo, 17
- 1.5 Reservas internacionais, 19
- 1.6 Recolhimentos compulsórios e redesconto, 20
- 1.7 Operações de mercado aberto, 20

2 Sistema Financeiro Nacional, 25

- 2.1 Composição do Sistema Financeiro Nacional, 25
- 2.2 Desestatização, liquidações e administração de regimes especiais, 27
- 2.3 Tarifas bancárias e custo das operações, 27
- 2.4 Regras prudenciais e operacionais, 28
- 2.5 Supervisão, 29
- 2.6 Processo administrativo punitivo, 30
- 2.7 Prevenção a ilícitos financeiros e cambiais, 31
- 2.8 Programa de Garantia da Atividade Agropecuária, 32
- 2.9 Crédito rural, 33
- 2.10 Normas cambiais e capitais internacionais, 33

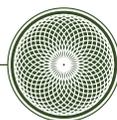
3 Sistema de pagamentos, 39

- 3.1 Instrumentos eletrônicos de pagamentos, 39
- 3.2 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, 39
- 3.3 Vigilância dos sistemas de liquidação de ativos, 40
- 3.4 Modernização dos sistemas de pagamentos de varejo, 40

4 Relacionamento com organismos e foros internacionais, 45

- 4.1 Fundo Monetário Internacional, 45
- 4.2 Grupo dos Vinte, 45
- 4.3 Fórum de Estabilidade Financeira, 46
- 4.4 Banco de Compensações Internacionais, 46
- 4.5 Reuniões de presidentes de bancos centrais do Mercado Comum do Sul e de países associados, 47
- 4.6 Integração Regional, 48
- 4.7 Sistema de Pagamentos em Moeda Local, 48
- 4.8 Relacionamento com bancos centrais e entidades de supervisão bancária, 48
- 4.9 Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, 49
- 4.10 Associação de Supervisores Bancários das Américas, 49





5 Banco Central do Brasil e a sociedade, 53

- 5.1 Atendimento ao cidadão, 53
- 5.2 Sítio na internet, 54
- 5.3 Ouvidoria, 54
- 5.4 Ação social, 55
- 5.5 Acervo cultural e numismático, 55
- 5.6 Programa de Educação Financeira, 56
- 5.7 Cédulas e moedas em circulação, 57

6 Ação institucional, 61

- 6.1 Relacionamento com o Congresso Nacional, 61
- 6.2 Atendimento ao Poder Judiciário, 61
- 6.3 Seminários, conferências e outros eventos, 62
- 6.4 Atuação legal, 63
- 6.5 Projeto de Recuperação de Créditos, 63

7 Ação administrativa, 67

- 7.1 Gestão interna, 67
- 7.2 Universidade do Banco Central, 67
- 7.3 Tecnologia da Informação, 68
- 7.4 Atividades da Corregedoria, 69

8 Orientações estratégicas do Banco Central, 73

9 Estrutura organizacional do Banco Central, 77

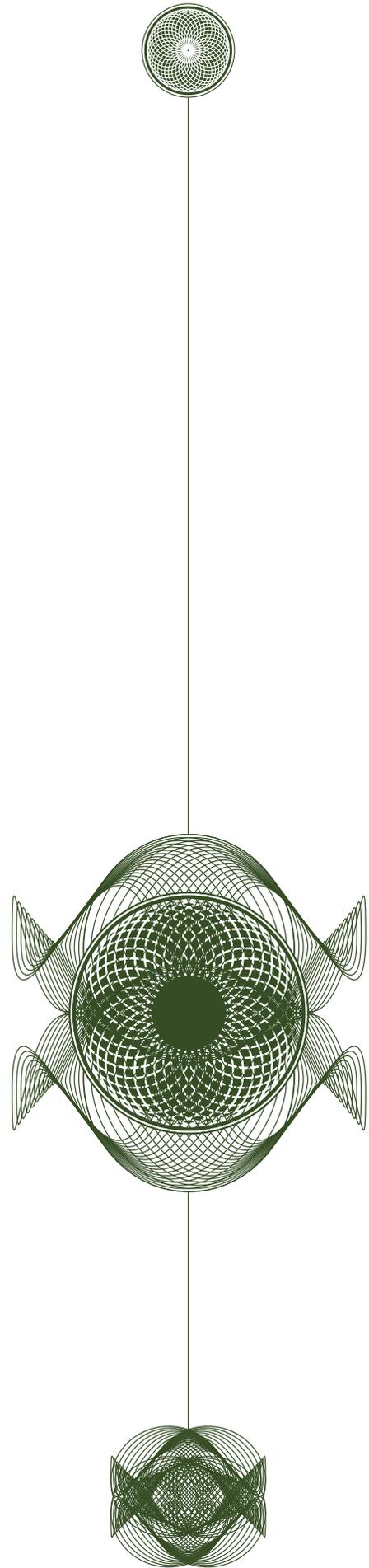
- Diretoria Colegiada*, 77
- Secretaria-Executiva, 78
- Consultores da Diretoria, 78
- Procuradoria-Geral, 79
- Auditoria Interna, 79
- Corregedoria-Geral, 79
- Ouvidoria, 79
- Assessoria Parlamentar, 79
- Chefes de unidade e Gerentes-Executivos, 80

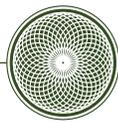
10 Endereços do Banco Central, 87

Demonstrações Financeiras 2009, 91



Apresentação



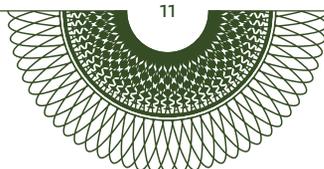


Novos desafios à economia mundial foram impostos em 2009. A ação do Banco Central ante a crise financeira internacional foi significativa para que o Brasil se recuperasse de forma rápida e consistente. As principais ações e as medidas relevantes adotadas pelo Banco Central, tanto para responder às questões decorrentes da crise quanto para cumprir sua missão, estão condensadas neste relatório.

Elaborado com colaboração das áreas que compõem o Banco Central, o “Relatório da Administração” é uma prestação de contas ao cidadão. Sua publicação vai ao encontro de um de nossos valores – a transparência.

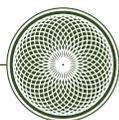
O documento está dividido em capítulos e tópicos temáticos, de forma que estejam sistematizadas as informações. No primeiro capítulo, o foco é o panorama da economia mundial em 2009. Em seguida, são abordadas questões relacionadas ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). As ações de relacionamento do Banco Central com organismos internacionais e com a sociedade merecem destaque nos capítulos seguintes. Para finalizar, são apresentadas as ações administrativas e institucionais. As orientações estratégicas para o período de 2007 a 2011 também se encontram no relatório.

As demonstrações financeiras de 2009 acompanham esta publicação.



Panorama da economia
brasileira em 2009





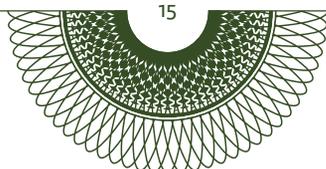
1.1 Produto Interno Bruto

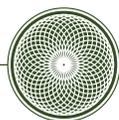
O ritmo da atividade econômica desacelerou em 2009, comparativamente aos últimos cinco anos, como reflexo do agravamento da crise financeira internacional no último trimestre de 2008. Nesse trimestre e no primeiro trimestre de 2009, a atividade contraiu-se, mas retomou o crescimento de forma consistente a partir do trimestre seguinte, em parte em decorrência das medidas de flexibilização da política monetária e de desoneração tributária. Essas medidas favoreceram a consolidação do mercado interno como fator determinante da recuperação. No acumulado dos nove primeiros meses do ano, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou retração de 1,7% comparativamente a igual período de 2008.

As atividades mais dependentes do mercado internacional, das expectativas quanto ao panorama econômico e à evolução do crédito, foram as mais prejudicadas. O setor industrial foi o mais afetado, com significativa retração no início de 2009, mostrando sinais de recuperação no decorrer do ano. Pelo lado da demanda, os investimentos apresentaram contração no ano, e o consumo das famílias constituiu-se em fator fundamental para recuperação da atividade econômica. O setor externo também contribuiu positivamente para o PIB, refletindo recuo mais expressivo das importações (16%) em relação às exportações (12,1%). Ao final do terceiro trimestre, a demanda interna e o setor externo haviam registrado contribuições de -0,3 pontos percentuais (p.p.) e 0,5 p.p., respectivamente, para a variação do PIB acumulada no período. No mercado de trabalho, evidenciando, em parte, a resposta relativamente favorável da economia brasileira à recessão nas principais economias maduras, o impacto da crise internacional revelou-se mais brando do que inicialmente se previra. A taxa de desemprego evoluiu de forma que se mantivesse praticamente no mesmo nível, embora com relativa perda de dinamismo na geração de postos de trabalho. Adicionalmente, o rendimento médio real, beneficiado pela redução dos índices de inflação, continuou se expandindo.

1.2 Inflação

A inflação seguiu em trajetória declinante em 2009, favorecida pelo impacto da crise financeira internacional na retração da demanda, em ambiente de ociosidade dos fatores de produção. Contraíndo-se, em certa medida, ao aumento inicialmente observado para a taxa de câmbio, a redução nos preços internacionais das *commodities* contribuiu para que a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), convergisse para o centro da meta de inflação, fixado em 4,5% pelo Conselho





Monetário Nacional (CMN). No ano, a variação do IPCA atingiu 4,31%, dentro do intervalo de variação fixado pelo CMN, de 2,5% a 6,5%, fazendo de 2009 o sexto ano consecutivo de cumprimento da meta.

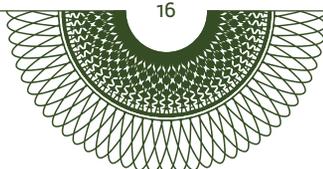
No ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) realizou, como de praxe, oito reuniões ordinárias, conforme calendário estabelecido previamente. Nas cinco primeiras, a taxa de juros básica foi reduzida, e, nas três seguintes, decidiu-se por sua manutenção. Os movimentos determinados pelo Copom resultaram em queda de 500 pontos base para a taxa, que atingiu 8,75% em setembro (menor nível de meta para taxa Selic já praticado no Brasil). Em 2009, significativa redução da taxa básica foi possível por conta da redução das projeções de inflação, uma vez que a economia sentia os efeitos contracionistas da recessão global, conseguindo não apenas fazer com que o IPCA seguisse evoluindo de forma consistente com a trajetória das metas de inflação, mas também contribuir para que os efeitos da crise internacional fossem abrandados no país.

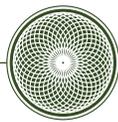
Nas três últimas reuniões do Copom, levando em conta, por um lado, a flexibilização implementada para a política monetária desde janeiro de 2009 e, por outro, a margem de ociosidade remanescente dos fatores produtivos, entre outros aspectos, julgou-se que o patamar atual de taxa básica de juros continua consistente com o cenário inflacionário benigno, contribuindo para assegurar a manutenção da inflação na trajetória de metas ao longo do horizonte relevante, bem como para recuperar a atividade econômica em ambiente não inflacionário. Ressalte-se que a evidência internacional e a experiência brasileira indicam que taxas de inflação elevadas levam ao aumento dos prêmios de risco, ao encurtamento dos horizontes de planejamento e, conseqüentemente, à redução do potencial de crescimento da economia, além de levar a efeitos regressivos sobre a distribuição de renda.

1.3 Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional

As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) continuaram expandindo-se em 2009, mas em desaceleração, comparativamente aos anos anteriores. Essa evolução decorreu, em grande parte, dos efeitos da crise financeira internacional, que geraram expectativas adversas relativamente ao emprego, à renda e à produção, com repercussões nas decisões de consumo e de investimento.

A desaceleração do crédito foi provocada pelo menor dinamismo da atividade econômica, afetando principalmente as pequenas e médias empresas, que enfrentaram restrições ao suprimento de





suas necessidades financeiras imediatas, fato que se refletiu em elevações da inadimplência e do *spread* bancário. Ao longo do ano, porém, a recuperação do crédito foi-se consolidando de forma gradativa, com mais intensidade nas operações para pessoas físicas, impulsionadas, sobretudo, pelas contratações de crédito consignado e pelos financiamentos para aquisição de veículos.

O volume total de crédito, considerados os recursos livres e direcionados, atingiu R\$1,4 trilhão em dezembro, representando elevação de 14,9% em doze meses, comparativamente a 31,1% em 2008 e 27,8% em 2007. Como resultado, a relação crédito/PIB alcançou 45% ante 39,7% e 33,4% nas mesmas bases de comparação. A expansão do crédito foi sustentada pelo aumento de 28,4%, em doze meses, nos financiamentos com recursos direcionados, com relevância para a expressiva contribuição das instituições financeiras públicas, sobretudo no provimento de financiamentos voltados para infraestrutura e capital de giro do setor produtivo.

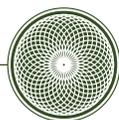
Nas operações com recursos livres, que em dezembro corresponderam a 67,6% do estoque total de crédito, os financiamentos às famílias registraram expansão de 9,4% relativamente a dezembro de 2008. Em comparação equivalente, o crédito destinado às empresas cresceu 1,2%, com participação destacada dos empréstimos na modalidade de capital de giro.

A taxa média de juros, nas operações com recursos livres, acompanhou a trajetória de redução da taxa básica de juros, recuando 9 p.p. em relação a dezembro de 2008, ao atingir 34,3%. Esse resultado decorreu da redução de 15,2 p.p. no custo médio dos financiamentos para as famílias e 5,2 p.p. no segmento de pessoas jurídicas. O *spread* bancário reduziu-se em 6,4 p.p., situando-se em 24,3 p.p. em dezembro, traduzindo queda de 1,9 p.p. nas operações com as empresas e de 13,4 p.p. nos empréstimos para as famílias. A taxa de inadimplência da carteira de recursos livres, considerados os atrasos superiores a noventa dias, atingiu 5,6%, ante 4,4% em dezembro de 2008, após elevação de 2 p.p. e contração de 0,2 p.p. nos segmentos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas, respectivamente.

1.4 Setor externo

Os impactos recessivos da crise financeira internacional sobre a economia mundial também foram sentidos no setor externo da economia brasileira. Os principais impactos ocorreram na redução da corrente de comércio do país e no envio de lucros e dividendos ao exterior, implicando redução do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos do Brasil, especialmente





no primeiro semestre de 2009. Além disso, a partir do último trimestre de 2008, a contração do crédito externo provocou menores ingressos de divisas no país, levando o Banco Central a criar linhas específicas de empréstimos para atenuar os efeitos da crise, utilizando recursos das reservas internacionais.

Em meados do primeiro semestre de 2009, contudo, observou-se diminuição na tensão dos mercados financeiros internacionais, com redução da aversão ao risco pelos investidores estrangeiros. Isso contribuiu para que o mercado cambial brasileiro voltasse a apresentar superávits, possibilitando ao Banco Central retomar a política de fortalecimento das reservas internacionais.

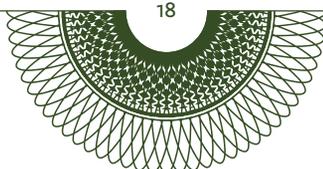
A retração no nível de atividade doméstica, observada no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, e os impactos da depreciação cambial ocorrida no período resultaram em redução mais acentuada nas importações do que nas exportações, aumentando o superávit comercial do país, na comparação com o ano anterior. Adicionalmente, na composição dos passivos externos do país, predominavam investimentos estrangeiros em relação à dívida externa, o que contribuiu para que o déficit em transações correntes registrasse redução em 2009, ao acentuar a relação entre o resultado da conta de rendas das transações correntes e o ciclo econômico.

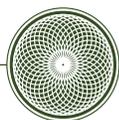
O resultado do balanço de pagamentos, em 2009, foi positivo em US\$46,7 bilhões. Após atingir US\$28,2 bilhões em 2008, o déficit em transações correntes somou US\$24,3 bilhões em 2009. Considerados esses resultados como percentuais do PIB, também registrou-se redução do déficit em conta corrente, passando de 1,72%, em 2008, para 1,55%, em 2009.

A balança comercial, permanecendo como fonte relevante para financiamento do balanço de pagamentos, registrou superávit de US\$25,3 bilhões no ano, resultado 2,1% superior ao assinalado em 2008. A corrente de comércio reduziu-se 24,4% na mesma base de comparação, situando-se em US\$280,6 bilhões, reflexo de recuo de 22,7% nas exportações e 26,3% nas importações, o que totalizou, na ordem, US\$153 bilhões e US\$127,6 bilhões.

Em 2009, foram registrados ingressos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) de US\$25,9 bilhões, valor inferior ao acumulado em 2008, US\$45,1 bilhões. Esse montante acumulado em 2009 representou 1,65% do PIB, distribuído entre os diversos setores da atividade econômica, assegurando fonte confortável de financiamento ao balanço de pagamentos.

No que se refere aos investimentos estrangeiros em ações, apesar de, no primeiro bimestre do ano, ter sido registrada saída líquida, ocorreu, em 2009, ingresso líquido de US\$37,1 bilhões,





com retorno dos investidores à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), ante as perspectivas favoráveis de crescimento do país. Os investimentos estrangeiros em títulos de renda fixa, por sua vez, totalizaram US\$9,1 bilhões de ingresso líquido no período.

1.5 Reservas internacionais

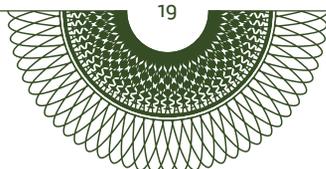
Em virtude da melhora do cenário internacional, ocorrida em 2009, visando fortalecer o estoque de reservas internacionais, o Banco Central recomprou a maior parte das linhas que haviam sido oferecidas a partir de setembro de 2008, intervindo também no mercado de câmbio a vista. A decisão de não influir na trajetória da taxa de câmbio e de não adicionar volatilidade ao mercado, entretanto, foi mantida.

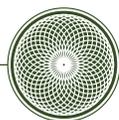
Comparativamente a 2008, as reservas internacionais no conceito liquidez, que contempla os estoques das linhas com recompra e dos empréstimos em moeda estrangeira, cresceram US\$32,2 bilhões em 2009, atingindo valor recorde de US\$239,1 bilhões. No referido período, as reservas, no conceito caixa, variaram US\$44,7 bilhões, atingindo US\$238,5 bilhões.

No ano, o Banco Central comprou US\$24 bilhões no mercado de câmbio a vista; recomprou US\$8,3 bilhões em linhas com recompra, encerrando o saldo dessa modalidade; e recebeu US\$4,2 bilhões em retorno de empréstimos em moedas estrangeiras, totalizando US\$36,5 bilhões em compras líquidas. No mesmo período, a taxa de câmbio nominal do real ante o dólar norte-americano valorizou-se 25,5%.

Essa política de acúmulo de reservas contribuiu para que o país recebesse a qualificação de grau de investimento de várias agências de *rating* em 2008 e 2009. Além disso, o acordo de *swap* de moedas que havia sido firmado com o *Federal Reserve* em outubro de 2008, no valor de US\$30 bilhões, foi estendido até 2010.

Em 2009, o desempenho dos indicadores de sustentabilidade externa foi influenciado pela redução da estimativa para o PIB nominal em dólares, pela diminuição de US\$44,9 bilhões das exportações e pelo crescimento de US\$32,2 bilhões das reservas internacionais, conceito liquidez. A dívida externa como proporção do PIB cresceu 0,7 p.p., no período analisado, passando de 12,1% para 12,9%. A posição credora da dívida externa líquida aumentou de US\$27,7 bilhões para US\$61,2 bilhões, e a dívida externa do setor público não financeiro aumentou de US\$67,4 bilhões para US\$77,1 bilhões.





Em 2009, o Banco Central apresentou o primeiro relatório de gestão das reservas internacionais. Tal iniciativa coloca o Brasil entre os países com mais transparência e detalhamento de informações ao público quanto às práticas de investimento e aos resultados de suas operações com moedas estrangeiras. Esse relatório tem periodicidade anual, com defasagem de seis meses para as informações publicadas.

1.6 Recolhimentos compulsórios e redesconto

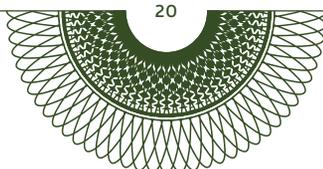
As medidas adotadas no segundo semestre de 2008, no que diz respeito a recolhimentos compulsórios e a encaixes obrigatórios, mitigaram os efeitos da crise internacional sobre o SFN. Essas medidas possibilitaram a recomposição dos níveis de liquidez das instituições financeiras de menor porte, tornando viável a fluidez de recursos no mercado interbancário e a retomada da concessão de créditos.

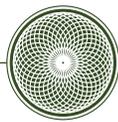
Mesmo com melhora na situação de liquidez do sistema financeiro internacional e com rápida recuperação da economia brasileira, o Banco Central prorrogou o prazo para aquisição de ativos e para realização de depósitos interfinanceiros passíveis de dedução do recolhimento sobre recursos a prazo até 31 de março de 2010. A composição do recolhimento sobre recursos a prazo foi alterada, com a redução da parcela cumprida em espécie de 60% para 55% e a ampliação da parcela cumprida em títulos públicos federais de 40% para 45%. Ao mesmo tempo, foi reduzida, de 15% para 13,5%, a alíquota dessa modalidade de compulsório.

Visando a consolidação do processo de recomposição da liquidez do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), foram ampliadas as hipóteses de dedução das aquisições de cotas de fundos exclusivos organizados pelo FGC do recolhimento sobre recursos a prazo.

1.7 Operações de mercado aberto

As operações de mercado aberto são o principal instrumento utilizado pelo Banco Central na administração da liquidez do sistema bancário, com vistas à consecução da meta, para a taxa Selic, estabelecida pelo Copom. No mercado aberto, também conhecido como mercado secundário de títulos, o Banco Central continuou a lidar com excedentes de liquidez. Diante dessa situação, utilizou-se de operações de venda de títulos com compromisso de recompra de prazos de 1 a 35 dias úteis e de prazo mais longo, de cinco a sete meses, até abril, e de seis meses, a partir de maio.





No que diz respeito aos instrumentos cambiais, no primeiro trimestre do ano, o Banco Central apenas efetuou a rolagem dos contratos vencidos de *swap* cambial tradicional, no qual assume posição passiva em câmbio e ativa em taxa de juros. A partir de abril, o maior fluxo de divisas no mercado de câmbio a vista e a redução da volatilidade da taxa de câmbio possibilitaram à autoridade monetária reduzir sua posição no instrumento. Isso se deu pela rolagem parcial dos vencimentos de abril (52,5%) e maio (34,8%) e pela neutralização da posição passiva vencida em junho. Por conta da rolagem do vencimento de julho, o Banco Central zerou todas as suas posições em contratos de *swap*.

